

**ATA DA 21ª REUNIÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL
PONTES E LACERDA**

Local: Auditório da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda

Data: 04/06/13

Horário: 09h00min

Coordenação dos trabalhos:

Antonio Marco Guimarães – 1º Ten BM Secretário Executivo do GGIM

Membros do GGI Participantes:

Antonio Marco Guimarães – 1º Ten BM Secretário Executivo do GGIM

José Pereira da Silva Neto – Presidente do CONSEG

João Carlos – Secretário Municipal de Meio Ambiente

Romes Ferreira de Amurim – Presidente da Câmara Municipal

Melissa de Lima Araújo – Juíza titular da 2ª Vara da Infância e Juventude

Deniz Thomaz Rodrigues – Defensor Público

Deniz Silva Valle – Maj PM Suplente da Polícia Militar

Sara Graziela – assessoria jurídica Prefeitura Municipal

Augusto Lopes Santos – titular da 1ª Promotoria Cível

Janete Garcia de Oliveira Valdez – Presidente da OAB

Gonçalo de Pinho Saab Filho – Suplente do Corpo de Bombeiros Militar

Núbia Beatriz Gomes dos Reis - Delegada titular do Cisc

Maria José Pinzan - Chefe do CIRETRAN

Victor Arruda - Representante do Conselho Tutelar

Caio Albuquerque – Delegado de Polícia Civil

Átila Wanderley da Silva – Ten Cel BM - Secretário Executivo do GGIE/MT

Ranie Pereira de Souza - Cap BM representante do GGIE/MT

Pontos de pauta da reunião:

1. Reunião com representantes do GGIE – MT sobre projeto de vídeo monitoramento

Aberta à reunião Ordinária do GGIM pelo Senhor 1º Ten BM Antonio Marco Guimarães, dando boas vindas a todos os dirigentes presentes, sendo lida a ata do último encontro. Em seguida o mesmo deu sequência solicitando a palavra ao coordenador do GGIE/MT, Sr. Ten Cel BM Átila que apresentou a situação do projeto de vídeo monitoramento para a cidade de Pontes e Lacerda. Sendo explicado que foi ratificado e mantido pela SENASP o projeto apresentado em ano anterior. Do que apenas resta-se pela execução do mesmo, com a implantação de 10 (dez) câmeras junto a infraestrutura de tecnologia para a central de monitoramento das mesmas.

Por outro lado, também foi feita referência pelo respectivo secretário dos problemas internos do município que levaram ao atraso de aprovação do projeto do ano anterior pela ENAFRON, que resultou na inaplicabilidade de execução do projeto no ano de 2012.

Dando continuidade, explicou também sobre a conjuntura atual da ENAFRON para o Estado de Mato Grosso, em especial a aquisição logística de equipamentos de segurança pública como monóculo, aparelho rastreador de veículos, viaturas, armamentos, aeronaves, entre outros.

Foi apresentado ainda dados estatísticos relativos a cidade de Pontes e Lacerda no que tange a índices de criminalidade, sendo feito quadro comparativo com a cidade de Sinop. Sendo doravante constatado com uma das regiões entre as mais violentas do Estado. Do que foi possível explanar sobre a importância de existência do GGIM para a cidade, já que envolve a integração de forças e discussão de problemas pelas mesmas buscando soluções no assunto violência, criminalidade e segurança pública.

Além disso, dando continuidade o representante do Gabinete de Gestão Integrada Estadual explanou sobre os procedimentos para obter a execução definitiva do que foi apresentado no projeto acima aludido. Constando basicamente de especificação de pontos com georeferenciamento da cidade para plotar o posicionamento das câmeras de vídeo. Devendo ser obrigatório serem instalados nos acessos externos da cidade (pontos de entrada e saída do município). Envolvendo assim rodovias.

Passando a outra vertente de discussão, contudo envolvendo a temática da segurança, o secretário apresentou o panorama de alguns municípios, como Primavera do Leste e Rondonópolis, onde se está sendo planejado um meio de compensação por trabalho extra executado por profissionais da Segurança Pública naqueles

respectivos municípios. Conseguindo obter uma maior presença de efetivo no campo ostensivo. Sendo criado um fundo municipal para assuntos de segurança pública.

Ideia contraditada pelo representante da Defensoria Pública, Sr. Deniz Thomaz que acredita poder esbarrar tal lógica na questão de legalidade em virtude de não estar amparado em nenhum diploma legal.

Em seguida, o Ten Cel BM Átila ratificou seu posicionamento, dizendo ser o fim de um planejamento como esse de compensação de horas extras trabalhadas como sendo o da segurança pública em si, ou seja, um assunto que é e deve ser um problema de todos da sociedade, órgãos e sociedade civil.

Para o representante do Ministério Público, Sr. Promotor Augusto Lopes tal problemática poderia ser amenizada com a criação da guarda municipal, que é uma instituição prevista na Constituição Federal, tendo maior embasamento do que a ideia antes apresentada, isto é, de horas extras trabalhadas por servidores e de criação de um fundo para segurança pública, em virtude de este ser de difícil concretização pelas poucas fontes de obtenção de recursos como transação penal, multas por infrações de trânsito. Contudo, opinou que essa última análise deve ser melhor estudada e que pode ser estudada pelo município, já que foi informado que em outras cidades foi bem recepcionado.

E por também possibilitar a separação de competências entre os órgãos da Polícia Militar e Guarda Municipal, a criação desta seria mais viável.

Que toda a questão de violência deve ser pensada de modo detalhado, em função de em Pontes e Lacerda ser uma problemática relacionada a entorpecentes levada a nível cultural e tradicional.

Para o defensor público as questões de violência e criminalidade são combatidas e tratadas pelo Estado com maneiras paliativas e não definitivas ou estruturais.

Prosseguindo o Cap BM Ranie, representante do GGIE enfatizou que a questão de compensação de jornada extra trabalhada por servidores públicos da segurança pública é fato que está tendo boa aceitação pública nos municípios que foi implantada já que prova índices de redução de criminalidade. Mas que também deve ser sim analisado a questão legal da respectiva ação.

Que apenas está sendo apresentado pelo Estado uma constatação e uma ideia no campo da segurança pública ao GGIM.

Para o representante do Ministério Público deve haver investimento maciço na área de inteligência em segurança pública visto ser ponto crucial para o combate a criminalidade.

Dando prosseguimento, o major da PM fez uma apresentação da realidade policial na cidade, sendo que ficou constatado que o acúmulo de encargos pelos militares da Polícia Militar (a exemplo, militares que ficam a disposição para o CDP) gera uma redução de eficácia no serviço respectivo.

Retornando à questão do fundo de segurança, o representante do Ministério Público afirmou ser uma ideia admitida pelo município de modo transitório e não definitivo.

Sendo que o representante do GGIE ratificou que apenas o Estado estava ali apresentando uma ideia e não impondo ao município o dever de elaborar e concretizar um plano para a criação de um fundo de segurança.

O representante do CONSEG expressou a problemática do que vem a ser discutido no GGIM quanto a segurança pública, bem como o que foi apresentado ao Secretário de Segurança os reclames da sociedade de Pontes e Lacerda no que tange a melhorias logística para a estrutura do sistema de combate a criminalidade e violência, tais como efetivos das forças, equipamentos, etc. Além de ainda apresentar o quadro situacional crítico do Centro de Detenção Provisória de Pontes e Lacerda, com falta de estrutura, pessoal, segurança, etc.

Como forma de solicitar melhorias para a Polícia Judiciária Civil (PJC) o delegado Caio falou sobre a questão crucial que é a falta de efetivo para trabalhos de investigação criminal, sendo que tal pode fazer até mesmo com que a criação de um fundo municipal para segurança pública fique impraticável já que com pouco efetivo para trabalho não há possibilidade de empenho de homens para cumprirem escalas extras de trabalho.

Além disso, ainda enfatizou ser a construção do CDP como sendo um exemplo da ineficácia de investimento em infraestrutura com falta de pessoal.

E finalmente, o representante do GGIE, Senhor Ten Cel BM Átila informou a todas as autoridades do GGIM que estará entrando em contato com o comandante do Grupo Especial de Fronteira para estudar e efetuar operações na região do município de Pontes e Lacerda com vistas ao combate a criminalidade.

Bem como também que estará levando problemas e solicitações dos órgãos representantes para a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos; que regularmente estará encaminhando mapas de violência do município de Pontes e Lacerda para que o GGIM trabalhe e discuta com base em índices estaticamente considerados.

E concluiu com a ratificação de que a ENAFRON tem previsão de R\$ 33.000.000,00 de execução em logística em todo o Estado de Mato Grosso.

Nada mais questionado nem sugerido encerra-se a reunião. A data para a próxima reunião será no dia 05/07/2013. Tendo como local a sala de reuniões da Câmara Municipal.

Sugestão para Inclusão no próximo ponto de pauta:

1. Balanço da campanha “*Abaixe o som*”
2. Discussão sobre combate a queimadas urbanas no município

Donizete Barbosa do Nascimento
Prefeito Municipal

Antonio Marco Guimarães – 1º Ten BM
Secretário Executivo do GGI